

Conselho Fiscal - COFIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS, realizada no dia 16 de setembro de 2025.

Dia dezesseis (16) do mês de setembro de 2025, às 14:00hs, no prédio da Cearaprev, localizado na Rua 25 de Março, nº 300, Centro, Fortaleza – CE, CEP: 60060-120, com participação híbrida por meio do Ambiente Virtual fornecido pelo software *Google Meet*, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS: **Marcelo de Sousa Monteiro** (Conselheiro Titular - Presidente do COFIS), **Átila Einstein** (Membro Titular), **Péricles Teixeira** (Membro Suplente), **Antônio de Pádua** (Membro Titular) e **Francisco Ivanildo** (Membro Suplente). Como convidados, **Paulo Sucupira** (Diretor da Assessoria de Investimentos da Cearaprev), **Paloma Musa** (Diretora da Assessoria de Estudos Econômicos e Atuariais), **Ronialison Queiroz** (Assessoria de Investimentos), **Costa Campos** (Assessoria de Investimentos), **Sávio Guerra** (Diretor Administrativo-Financeiro), **Arthur Sena** (Gerente de Compensação Previdenciária), **Elaine Custodio** (Analista de Compensação Previdenciária), **Thiago Monteiro** (Assessor Especial da Contabilidade) e **Jeffson Holanda** (Assessoria da Presidência). **A reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do Google Drive.** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos para análise da pauta do dia: **1) Aprovação da ata da 12ª Reunião Ordinária; 2) Atualização dos dados de compensação previdenciária; 3) Resultados da avaliação atuarial; 4) Desempenho da carteira PREVID no ano (ago/2025); 5) Encaminhamentos e Deliberações.** O presidente Marcelo Monteiro iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e deu abertura aos trabalhos, confirmando os itens da pauta do dia. Em seguida, Jeffson Holanda, Assessor da Presidência, fez a chamada dos membros e convidados e passou para a primeira pauta do dia: **a 1) ata da aprovação da 12ª Reunião Ordinária.** Foi solicitado apenas uma pequena correção gramatical e posteriormente aprovada pelos conselheiros. A palavra foi passada para a Diretora **Paloma** que, conduzindo o restante da reunião, abriu uma tabela com dados da Compensação Previdenciária e direcionou o segundo tópico da pauta **(2) dados da compensação financeira** para o Gerente da Compensação Previdenciária, **Arthur Sena**, que prosseguiu com apresentação, ressaltando que os dados mostrados têm referência do mês de julho de 2025 e foram retirados do COMPREV, incluindo requerimentos aprovados, já lançados no sistema. O **Conselheiro Átila** solicitou a palavra, questionando sobre o valor total de categorias. O

Presidente Marcelo complementou, procurando o entendimento a nível de cálculo, já que se o dado total das categorias compreendesse a soma das últimas duas colunas, o montante citado estava incorreto. **Paloma Musa** afirmou que a diferença numérica percebida faz referência a outros RPPS, pois, já que são muitos, não foram inseridos na tabela. **Marcelo** reiterou, portanto, que tem um conjunto de informações que não foram apresentadas, causando confusão no entendimento. **Elaine** clarificou os questionamentos, abordando sobre o teor dos dados do COMPREV, mostrando a diferenciação do agente da solicitação de compensação, que é ou a Cearaprev ou outro Regime (RGPS ou outro Regime próprio). Desse modo, explanou a quantidade de solicitações feitas com destino ao Estado do Ceará e também o montante realizado pelo nosso Ente para outros regimes, incluindo o INSS (RGPS). **Assim, Arthur, Elaine e Paloma** concluíram a dúvida mostrando que a descrição dos Regimes não estavam em tabela por serem muitos, mas os valores totais de solicitações estavam explícitos. **O Conselheiro Péricles**, toma a palavra e cita sobre o fluxo do processo de compensação, observando que a duração ainda é longa, e questiona sobre o funcionamento da pensão, caso o servidor envolvido venha a falecer. **Arthur** afirma que o pensionista continua com retroativos que venham a ser envolvidos no processo. **Péricles** também cita sobre um dado tabela referente ao valor de processos de compensação solicitados pela Cearaprev, questionando se são dividendos, ou seja, se ainda são recursos que chegarão a Cearaprev e pergunta se existe uma base de valor estimado. **Arthur** responde que não possui tais informações até porque envolvem juros em tais números. **Conselheiro Pádua** ressalta que, para além de tudo, é preciso conversar sobre o tempo de concessão de pensão e de aposentadoria e questiona sobre a média de duração dos processos. **Paloma** responde que a pensão provisória é concedida em menos de 04 meses, já a aposentadoria demora um pouco mais, devido a todo o levantamento da vida funcional do servidor, não havendo uma estimativa de dado claro a ser apresentado. **O Conselheiro Pádua** cita o número de servidores no status “aguardando aposentadoria” questionando sobre o que pode ser feito para melhorar a agilidade nos fluxos processuais. **Paloma** responde que esse passivo estava acumulado porque a quantidade de analistas era pouca, considerando a análise de toda vida funcional do servidor e cálculos envolvidos. Com a Central de Processamento Previdenciário — CPP, esse passivo foi diminuído e espera-se que, até o final do ano, os processos de 2024 e 2025 tenham seu curso normal, já que a Cearaprev está com um maior número de analistas e com estudos em Inteligência Artificial - IA, para colaborar na verificação de documentação, o que já agilizaria bastante no tempo de fluxo. A Fundação está com dois caminhos para IA, sendo o primeiro pela própria equipe de TI da Cearaprev e outro em conversa com a Fundação Cearense de Apoio de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. **Marcelo** diz que é importante focar nesse processo de compensação, já que é uma possibilidade de reduzir nosso déficit, colaborando na receita dos fundos, os quais a Cearaprev é responsável. Além disso, o Estado acaba se encarregando de benefícios, como aposentadoria e pensão, não tendo tido acesso todavia ao recurso devido, decorrente de compensação. Prosseguindo a reunião, **Elayne** apresentou um quadro com números de averbações e **Paloma Musa** mostra em gráfico os valores financeiros recebidos referentes à compensação entre regime nos últimos 04 anos a incluir os meses de 2025 e a

rentabilidade por ano. **Péricles** solicita fala e questiona sobre a presença da Certidão de Tempo de Contribuição - CTC no fluxo processual da averbação, não compreendendo o porquê de ter uma grande quantidade de servidores sem CTC. **Arthur** responde, afirmando que não há problema da quantidade questionada, visto que tais servidores decidiram não averbar tempo no Estado ou ele simplesmente ingressaram direto no Estado. O Conselheiro **Ivanildo** complementa a temática, colocando que o número exposto de CTC também pode se relacionar aos inúmeros casos de servidores estaduais que antes de serem estatutários eram do regime celetista (no Estado) e necessitam de apresentar também uma certidão ao aposentar-se, mesmo o seu tempo de contribuição sendo inteiro do Estado. **Marcelo** pergunta se não há uma obrigatoriedade na averbação. **Arthur** responde que não, já que a averbação é um direito do servidor, podendo esse possuir duas aposentadorias em dois regimes diferentes, se assim preferir. **Paloma** continua com o gráfico, agora frisando o ano de 2025 até o mês de agosto. **Marcelo** pergunta o porquê do valor baixo no mês de fevereiro. **Paloma** diz que no dito mês, não foi realizado o repasse do INSS, acontecendo no mês seguinte. **Marcelo** aproveita a temática da Certidão Negativa de Débito - CND citada no gráfico para perguntar sobre as pendências da CND da Cearaprev. Tiago cita que tais pendências têm relação com a área contábil. Não possuindo algumas informações sobre o assunto, o contador Tiago ficou de contactar o Controle Interno da Fundação e buscar mais dados junto à Receita Federal para adentrar melhor na temática. **Paloma** continuou com a distribuição dos valores de compensação por Fundos no mês de agosto e finalizou com a última tela demonstrando uma lista com a descrição de valores por Regimes. O Presidente **Marcelo** pergunta se algum dos conselheiros tem alguma observação. O Conselheiro **Péricles** se pronuncia, trazendo a temática da duração do fluxo processual, fato que retrasa o acerto de contas do servidor, etapa final inerente da trajetória do processo e que pode gerar um montante financeiro cada vez maior de devolução por parte do servidor. **Paloma** cita a CPP que já baixou consideravelmente o número acumulado de processos e que continua nas metas de diminuição da duração do fluxo processual na concessão dos benefícios. **Pádua** fez uma colocação dentro da mesma temática citando o exemplo de um servidor da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará - SDA, na dificuldade da organização das informações da vida funcional do indivíduo em questão. **Marcelo** confirma. **Átila** cita que houve uma reunião na última semana sobre tal assunto com os órgãos do Estado, de modo a tornar mais ágil o processo de congregar os dados dos servidores com o passar dos anos. Entrando na segunda pauta, **3) Apresentação da Avaliação Atuarial 2025**, a Diretora **Paloma Musa** inicia dizendo do uso da Atuarial em questões estratégicas, tendo como exemplos: alteração de parâmetros do plano de benefícios; mudanças da estrutura remuneratória; alteração de alíquotas de contribuição; ingresso de novo grupo à previdência; programação de concurso público; situação do RPPS. Após, apresentou a atual equipe atuarial da Cearaprev. Continuou, contextualizando a Avaliação Atuarial, afirmando ser um documento produzido anualmente, tendo base na Portaria nº1.467 de 02/06/2022, elaborado pelo atuário, composto por todo fluxo atuarial, previsões técnicas do comportamento do RPPS, que traz todo detalhamento dos segurados, análise da base cadastral; monitoramento da situação atuarial; cálculo dos custos e compromissos futuros; e

identificação de riscos à solvência e liquidez do plano. Em continuidade, Paloma fala do plano de custeio, sinalizando as contribuições dos servidores, sendo os civis ativos com 14% sobre toda remuneração e os militares com 10,5%, e assim as patronais que são o dobro. Na questão dos aposentados e pensionistas, eles contribuem com os 14% apenas sobre a parcela que sobrepor os 02 salários mínimos; já os inativos e pensionistas militares com 10,5% sobre toda a integralidade do provimento. Paloma cita sobre as premissas consideradas no estudo, sobre os desdobramentos previdenciários que são as hipóteses de caminho do servidor e expõe os cálculos utilizados. Prossegue para a distribuição dos beneficiários do Supsec com 153.722 vínculos; 72.950 ativos; 60.581 inativos; 20.191 pensionistas. O número de inativos + pensionistas supera o total de ativos, 52,54% do total de beneficiários. **Péricles** solicita palavra para questionar o que é considerado ativo e inativo dentro do fluxo processual. **Paloma** responde que, no caso da avaliação atuarial, o servidor que está no status “aguardando o aposentadoria” já é considerado inativo. Continuando os próximos slides, Paloma cita a distribuição dos beneficiários por fundo. O Funaprev possui 88.443 vínculos; 34.164 ativos; 52.949 inativos; 1.330 pensionistas. O número de inativos + pensionistas supera o total de ativos, 61,33% do total de beneficiários. O Prevmilitar possui: 38.467 vinculados; 23.066 ativos; 7.604 inativos; 7.797 pensionistas. O número de inativos + pensionistas supera o total de ativos, 40,04% do total de beneficiários. O Previd possui 26.812 vínculos com 15.720 ativos, 28 inativos e 11.064 pensionistas. O **Presidente Marcelo Monteiro** pergunta se a “compra de vida” incluiu só os pensionistas. **Paloma** confirma e diz que os cálculos envolvem a condição de o Previd suportar as matrículas de pensionistas do Funaprev. Se a temática tratasse de aposentados, a atenção seria maior, já que esse indivíduo pode se transformar em um pensionista; fato mais complexo de controlar. O Conselheiro Péricles questiona se, a condicionante da contribuição previdenciária ser apenas superior a 02 salários mínimos prevaleceu na compra de vida. **Paloma** confirma e prossegue com um gráfico que expõe as entradas aposentadorias programadas de atuais ativos, citou os riscos iminentes, que são servidores que já alcançaram alguma regra de aposentadoria, mas não abriram processos de aposentadoria, ou seja, preferiram continuar com a sua vida laborativa. Alguns deles também não solicitaram abono de permanência. **Péricles** pergunta sobre o passivo para análise do abono de permanência. Paloma diz que, no momento, não sabe informar sobre tal quantitativo. **Marcelo** continua a temática falando sobre o fluxo processual do abono. O **Conselheiro Átila** diz que há uns 15 dias foi notado que havia sido implantado erroneamente o abono de permanência em um servidor de sua setorial. O **Presidente Marcelo** solicita ao Jefferson Holanda que seja anotado e apresentado para a próxima reunião uma apresentação da área responsável sobre a implantação de abono de permanência. O assessor da presidência, **Jeffson Holanda**, usa a palavra e diz que tem feito esse trabalho e diz que o abono é sim implantado na Cearaprev; o processo vem da setorial para que a Cearaprev faça a devida análise. Com essa análise, com os documentos do servidor que está solicitando o abono estando tudo ok, é encaminhado para PGE. Faltando algum documento do servidor na análise, o processo retorna para setorial para que lá eles insiram os devidos documentos faltantes; após isso, retorna esse processo para a Cearaprev para uma outra análise, finalizou. O **Presidente**

Marcelo solicita que, devido à informação do Conselheiro Atila, alguém da área apresente informações na próxima reunião sobre o abono, num âmbito mais operacional. Péricles observa que o Estado possui servidores que têm o direito de solicitar o abono de permanência e não o fizeram, fato que é importante de tornar público junto às setoriais pois podem haver servidores que não tenham conhecimento da temática. **Marcelo** afirma que é uma importante observação que também envolve maior oneração para o Estado, mas ratifica a necessidade de tratar o assunto em uma próxima reunião. **Paloma** prossegue a apresentação com gráficos da estimativa de entrada de aposentadoria em cada fundo. Mostra também um fluxo com provisões matemáticas e descreve os valores das alíquotas vigentes em cada fundo. Os conselheiros debateram sobre a extensão da sobrevivência, ou seja, a expectativa de vida está aumentando e tende a aumentar ainda mais, fato que pode pesar ainda mais na previdência. **Pádua** pergunta se há um cálculo de média etária para aposentadorias no Estado, considerando o contexto que um grande número de servidores pretendem se aposentar apenas com 75 anos (aposentadoria compulsória). **Paloma** explica sobre a base de cálculo que considera as regras de aposentadoria e data de ingresso dos servidores e afirma que pode apresentar em uma outra oportunidade um gráfico que expõe o dado específico da aposentadoria compulsória como idade base para cálculo. Paloma continua a apresentação com gráficos sobre insuficiência financeira, com dados dos aportes patronais no decorrer dos anos. **Paulo Sucupira** observa que em um dos gráficos mostrados, houve uma redução considerável de gastos pelo Estado, considerando a reforma da previdência. **Marcelo** afirma que é muito importante para a gestão fiscal essa redução, visto que um gasto maior com a previdência significa menos investimento em outras políticas públicas como saúde e educação. **Paloma** prossegue com um gráfico de déficit previdenciário na projeção do Funaprev e Previd. Mostrou a evolução das regras no Estado do Ceará com o histórico de legislações relacionadas. A critério de curiosidade, trouxe informações sobre a Previdência Complementar, alternativa importante para redução do déficit. Em slide, Paloma mostra que o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP que inclui a exigência do critério da avaliação atuarial, assim como os demonstrativos de investimentos e demonstrativos financeiros, está devidamente regular. Observa também que a avaliação atuarial também é requisito para aquisição do Pró-Gestão, no qual a Cearaprev está trabalhando para se certificar. O Presidente **Marcelo** parabeniza a Paloma pela apresentação e a palavra é passada para o Diretor **Paulo Sucupira** com o próximo item da pauta: **4) Desempenho da Carteira PREVID no ano (ago/2025)**. Ele embasou sua apresentação na Resolução do Conselho Monetário 4.963 de 2021, e iniciou o desempenho da carteira a partir do artigo 7º I, a, a respeito aos títulos públicos do Tesouro Nacional, são títulos adquiridos na carteira por vencimento desde 2027 a 2060. Na apresentação do slide, Sucupira disse que tem compras agrupadas para 2027, 2032, 2035, 2045 e 2060. Os títulos públicos estão com rentabilidade de 7,64% até agosto, com um volume de 1.408.461.684,91, representando 56,19% da carteira. Em seguida foi apresentado o artigo 7º 1-B com fundos compostos 100% por títulos públicos, que tiveram uma rentabilidade de 8,52% até o mês de agosto, com um total de 291.564.095,83, com um total de 11,63% da carteira. No artigo 7º III, a, dos fundos de renda fixa com uma parcela de crédito privado, tem uma rentabilidade de

9,25% com um volume de 459 milhões, com um percentual de 18,34% da carteira. Em seguida, o artigo 7 IV dos ativos de renda fixa, são as letras financeiras adquiridas no Bradesco, no BTG, no Safra e no Itaú, com uma rentabilidade de 7,97% com um volume de 266 milhões, correspondendo a 10,62% da carteira. Artigo 7 V, b, que são ativos de crédito privado, com uma rentabilidade de 4,79% no volume de 60 milhões, correspondente a 2,42% da carteira. A renda fixa teve uma rentabilidade de 8,12%, que são 2.486 milhões, correspondendo a 99,19% da carteira. Em seguida, tem somente um fundo de ações do artigo 8 I, que é o BB Ações Dividendos, que teve uma rentabilidade de 12,71% no ano, com um volume de 20 milhões e 200 mil, correspondendo a 0,81% da carteira. No total, o Previd obteve uma rentabilidade de 7,71% correspondendo a R\$2,5 bilhões, que é o volume que temos até 31/agosto no Previd. Nas metas atuariais, Sucupira explicou que a meta atuarial institucional é IPCA + 4,50%, que está dando 6,18% no ano, que é a meta da Política de Investimentos. Sucupira disse que, entretanto, o Presidente Juarez estabeleceu uma meta interna de IPCA + 6,00%, que daria 7,21%. Entretanto, Sucupira disse que a equipe de investimentos superou a meta do presidente e atingiu IPCA + 6,42%, correspondente a 7,71% até o mês de agosto. Sucupira continuou sua fala, apresentando a alocação por gestor, que está com bastante evidência o Tesouro Nacional com 56,19%; em seguida, vem o Bradesco com 15,47%, Itaú com 7,09%, Caixa Econômica com 5,73%, Banco BTG com 5,43%, BB com 4,44%, Santander com 1,96%, Safra com 1,81% e BNB com 1,48%. Em continuidade da apresentação, foi mostrada a aderência à Política Anual de Investimentos — posição em 29.08.2025: títulos do Tesouro Nacional (SELIC), Art. 7º, I, A com alocação alvo de 61,47% e alocação atual de 56,19%; fundos de renda fixa 100% títulos públicos, Art. 7º, I, B com alocação alvo de 7,11% e alocação atual de 11,63%; fundos de renda fixa — Art. 7º, III, A com alocação alvo 12,57% e alocação atual 18,33%; ativos financeiros de renda fixa — emissão de instituições financeiras, Art. 7º, IV, com alocação alvo 10,00% e alocação atual 10,62%; renda fixa crédito privado — Art. 7º, V, B com alocação alvo 2,50% e alocação atual 2,42%. Total da renda fixa: alocação alvo 93,65% e alocação atual 99,19%. Renda variável / fundo de ações — Art. 8º, I, alocação alvo 0,00% e alocação atual 0,81%. Fundo de ações — BDR Nível I — Art. 9º, III, alocação alvo 1,34% e alocação atual 0,00%. Empréstimos consignados — Art. 12, I, alocação alvo 5,00% e alocação atual 0,00%. O Conselheiro Átila perguntou se já existe um plano de ação para os empréstimos consignados, cronograma? Sucupira responde que os estudos estão sendo realizados; para os servidores ativos, provavelmente o seguro será a melhor opção, mas para aposentados e uma boa parte dos pensionistas deverá ser feito também um fundo de reserva para poder prever eventuais sinistros que venham ocorrer em função da idade dos beneficiários. Certamente deveremos ter um misto de um fundo de reserva e de seguros da Cearaprev. Em seguida, Sucupira apresentou a rentabilidade da Carteira do Previd — 2025 de janeiro até agosto, estando com 124,76% de atingimento em relação à meta, com rentabilidade de 7,71% e a meta de 6,18%. Chegando ao final da reunião, Sucupira fala do rendimento das carteiras de janeiro a agosto — 2025: o Previd rendeu R\$170 milhões; o Funaprev rendeu R\$17 milhões; o Prevmilitar R\$6 milhões, totalizando R\$194 milhões de rendimentos. O Presidente do Conselho Fiscal Marcelo Monteiro parabenizou pelo desempenho na execução da política de investimentos da Cearaprev,

parabenizando pelo esforço permanente da gestão para alcançar esses resultados. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Jeffson de Holanda Machado, participei e lavrei a presente Ata, assinada pelos membros titulares presentes e/ou suplentes representando.

Fortaleza - CE, 16 de setembro de 2025.

MARCELO MONTEIRO
Presidente do COFIS

ÁTILA EINSTEIN
Conselheiro Titular

PÉRICLES TEIXEIRA
Conselheiro Suplente

ANTONIO DE PÁDUA
Conselheiro Titular